

## OS ANUÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DA NOVA IMAGEM DO CEARÁ (1950 – 1970)

*Ana Amélia Rodrigues de Oliveira\**

No dia 9 de julho de 1958, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou um artigo de Arnaldo Vasconcelos que discutia a importância dos museus para o engrandecimento cultural da sociedade cearense e destaca o papel que o poder público deveria ter na promoção cultural do estado. O que nos chama a atenção nesse artigo é um trecho em que o autor faz um comentário sobre os aspectos naturais do estado, que diz o seguinte:

Numa terra, como o Ceará, em que não há nada da natureza que atrai o visitante, era de esperar que o governo dedicasse alguma coisa ao cultivo das tradições, que seriam uma nota pitoresca para os visitantes. Ainda está em tempo. Talvez o governo se lembre disso (Gazeta de Notícias, 09/07/1958) [grifo meu].

Ao que nos parece, o texto destaca o papel que deveria ter o poder público na promoção cultural diante da ausência de atrativos naturais no estado, manifestando a importância que deveria ter o governo na constituição de outros elementos de atração turística, como “as tradições”, diante da aparente inexistência de uma “natureza”. A afirmação de Vasconcelos nos faz pensar que nesse momento, por algum motivo, não se atribuía qualquer valor à natureza que, de fato, sempre esteve aqui. Mas se a natureza sempre esteve aqui, por que, a partir de um determinado momento, ela ganha importância? Essa importância dada à natureza seria algo produzido pela política de turismo? Ou representaria uma mudança de sensibilidade da sociedade em relação ao mundo natural?

A década de 1970 marca o início da planificação do turismo no Ceará. Até meados dos anos 1960 a exploração da atividade turística se dava de forma muito tímida e estava basicamente restrita à cidade de Fortaleza. Pesquisando nos Anuários do Ceará dos anos 1950 e 1960 identificamos a ausência de referências a pontos de atração turística em regiões do interior do estado, ganhando destaque apenas aquilo que se encontrava na capital. É o caso do Anuário do Ceará de 1960/1961, que não faz referência a nenhum possível ponto turístico em municípios do interior e destaca como atrativos de Fortaleza: a Igreja do Coração de Jesus, a praça do Ferreira, o Ideal Clube, a então Universidade do Ceará, dentre outros (Uchôa, 1960/1961).

---

\* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Email: [ameliahistoria@bol.com.br](mailto:ameliahistoria@bol.com.br).

O interessante é que os pontos turísticos de Fortaleza quase nunca estavam relacionados a praias ou determinadas belezas naturais da cidade, e sim a lugares que, de acordo com essas fontes, teriam importância histórica e cultural para a cidade, como o Teatro José de Alencar, a praça do Ferreira, o clube Náutico Atlético Cearense, dentre outros. Nos Anuários dos anos 1960, não se falava em praias, hoje internacionalmente famosas, como Canoa Quebrada ou Jericoacoara, em belezas naturais, em serras etc, muito menos em artesanato, cultura popular, manifestações culturais. Esses elementos não aparecem nos documentos que falam sobre turismo. Até um determinado momento! O que antes não parecia ser de interesse, parece ganhar visibilidade.

As fontes nos levam a crer que a imagem vendida do Ceará hoje, relacionada às belezas naturais, pode ser resultado de um processo de construção que se deu a partir de um determinado momento. Mas por que isso acontece?

É possível que a nova configuração social, tanto do Nordeste como do Ceará em meados dos anos 1960 tenha contribuído para o surgimento de discursos que buscavam dar uma nova visibilidade ao estado, mostrá-lo sob nova perspectiva, ou seja, reinventá-lo. A nosso ver, o turismo implantado na região nesse período seria uma das estratégias de dar essa visibilidade ao nordeste e aos estados que o compunham.

No livro *A invenção do Nordeste*, Durval Muniz de Albuquerque fala que essa espacialidade foi construída historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença (Albuquerque, 2006, p.66). Segundo o autor, a ideia de Nordeste surge como reação à sensação de perda por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e dos intelectuais ligados a eles. Essa reação possibilitou a união de várias forças em torno da definição de um novo recorte do espaço nacional.

O Nordeste surgia, portanto, como uma reação às estratégias de nacionalização vigentes nas primeiras décadas do século XX. A partir daí, uma memória social, cultural e artística vai sendo elaborada e vários elementos vão sendo instituídos como definidores da identidade e da homogeneidade do espaço e da fixação de um espírito de ser nordestino, e a seca é o primeiro traço definidor da região.

As ideias de Durval Muniz são fundamentais para pensarmos o Nordeste enquanto espacialidade construída historicamente, algo que se inventa no tempo presente. Partindo dessa perspectiva, diríamos que em meados da década de 1960 inicia-se um processo de resignificação da imagem da região, que pode estar relacionada às mudanças na conjuntura social do país naquele momento. Por conta da política desenvolvimentista do regime militar,

que pretendia estender o desenvolvimento econômico para as diversas regiões do país, surge a necessidade de se construir uma nova ideia de Nordeste, não mais associada à seca, fome e miséria, mas a desenvolvimento e progresso.

Sobre essa nova imagem que se pretendia para a região, um pequeno texto publicado no Anuário do Ceará de 1972 confirma nossa afirmação.

O nordeste brasileiro é atualmente uma região beneficentemente transfigurada. O flagelo das secas deixou de ser um desafio secular, e o homem começou a construir o seu próprio mundo, fazendo gerar riquezas nunca sonhadas. Ao criar a SUDENE, deu o Governo Federal o passo mais decisivo na história nordestina, cabendo a esse organismo regional, acima de tudo, e aos bancos de desenvolvimento, em bases complementares, os méritos maiores dessa obra de redenção econômica e social. O certo é que o milagre aconteceu, e o Nordeste passou a mover também a poderosa máquina do progresso (Anuário do Ceará, 1972, p.5).

O que se percebe é que o anuário dá visibilidade a outro nordeste, que almeja deixar para trás o flagelo da seca que por séculos assolou a região. O milagre aconteceu! E agora uma nova era de progresso se inicia. A publicidade positiva da região extrapolava as fronteiras geográficas e ganhava espaço, com certa frequência, nas páginas da revista de maior circulação do país na época.

O Nordeste é grato a todos os investidores. Mas reserva-se o direito de assegurar justa remuneração aos empreendimentos implantados na região. Por isso, as numerosas empresas ali instaladas nos últimos cinco anos estão obtendo hoje resultados significativos. (...) O Nordeste é a região que mais cresce no país. Cresce e se aproxima do sul. Está a apenas algumas horas de jato, a poucos minutos de telex ou telefone. (...) O Nordeste está ao seu alcance (Veja, 31/03/1971).

O anúncio reforça a ideia de que o nordeste tornou-se um lugar viável economicamente, e que os investimentos realizados lá poderiam trazer retornos significativos para os empreendedores. Sua prosperidade econômica se aproximava a do sul, diz o texto. A pobreza e a miséria pareciam não fazer mais parte da realidade nordestina. O jato, o telex e o telefone encurtavam as distâncias geográficas e sociais que separavam o nordeste do restante do país.

A política desenvolvimentista em destaque vai se efetivar através de ações específicas em cada um dos estados nordestinos. No caso do Ceará, a prerrogativa é a mesma: superar uma era de atrasos por outra de prosperidade, principalmente econômica.

Acreditamos que a constituição desses novos discursos sobre o Nordeste é resultado de algumas ações de caráter político que começam a ser pensadas ainda nos anos 1950 e que visavam inserir a região na lógica de desenvolvimento capitalista. Visto como região-problema, historicamente estigmatizado como o lugar da barbárie, o Nordeste, no final dos

anos 1950, começa a sofrer algumas intervenções por parte do Estado, que pretendia diminuir as disparidades regionais no país através de uma política de planejamento dirigida ao “progresso” socioeconômico da região. Tal planejamento foi resultado do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, o GTDN, constituído em 1956 pelo presidente Juscelino Kubitschek e tendo como coordenador o economista Celso Furtado. Foi o relatório produzido pelo GTDN que deu subsídios teóricos para as ações que seriam realizadas posteriormente pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE (Costa, 2005).

A partir dos anos 1960 haverá, por parte do Estado, o incentivo à implantação de diversas atividades econômicas, industriais, comerciais ou agrícolas, que na ótica do Estado possibilitarão o progresso socioeconômico da região. O turismo, por exemplo, foi mais uma das atividades econômicas implantadas na região, e também responsável pela fabricação de uma memória sobre o Ceará nesse período. Para atrair mais visitantes para o estado, era preciso mudar a ideia que se tinha de Ceará. A saída seria investir na imagem do litoral e de suas belezas naturais e reforçar o sertão como o lugar, não da pobreza, mas da tradição, lugar da pureza cultural, onde seria possível encontrar uma “autêntica” produção cultural.

Ora, para que esses novos sentidos sejam aceitos socialmente é preciso que haja um discurso que institua uma dada verdade sobre a questão, e esse discurso, para ser aceito, precisa de um suporte, de uma materialidade que lhe dê validade, e o Anuário do Ceará terá um importante papel nesse processo.

Em *A ordem dos livros*, no capítulo intitulado “Bibliotecas sem muros”, Chartier analisa os diversos sentidos que a palavra “biblioteca” carrega nos séculos XVII e XVIII. Segundo ele, além da acepção mais clássica – aposento ou lugar onde se colocam livros – há um segundo sentido que não está associado a um lugar, mas a um livro. No *Dictionnaire* de Furetière, fonte utilizada pelo autor, há a seguinte definição: “Biblioteca é também uma coleção, uma compilação de várias obras da mesma natureza, ou de autores que compilaram tudo que se pode dizer sobre um mesmo tema” (Chartier, 1994, p. 70). Portanto, à época, não apenas um lugar específico poderia ser definido como biblioteca, mas uma dada publicação que tivesse a prática do resumo fosse de autores, obras ou de certos tipos de gêneros.

Os livreiros-editores do século XVIII publicavam essas coleções em abundância, reunindo em cada uma delas um grande número de obras já publicadas de um determinado gênero – romance, conto. Chartier cita o exemplo da *Bibliothèque universelle des romans* (1755 – 1789), obra periódica, de caráter enciclopédico, que fazia uma análise exaustiva de romances antigos e modernos, franceses ou traduzidos, publicando extratos e sínteses, notícias

históricas, críticas, íntegras de romances e de contos antigos e originais. Para Chartier, essas “bibliotecas sem muros” constituíam, juntamente com as enciclopédias e os dicionários, algumas das grandes iniciativas editoriais do século XVIII (Chartier, 1994, p.71).

Para alguns, esses livros-síntese apresentavam vários aspectos positivos, como o fato de reunirem num só volume “tudo” o que se precisava saber sobre um determinado assunto; reduzirem espaço nas bibliotecas, dando lugar a uma maior quantidade de livros; dispensarem a necessidade de pesquisa num maior número de publicações; possibilitarem a difusão de determinados gêneros impressos de forma mais rápida; e talvez o mais importante, representarem uma grande economia, já que os gastos com a compra de livros eram reduzidos significativamente (Chartier, 1994).

Mas além desses benefícios apresentados, precisamos ficar atentos a um aspecto que, no meu modo de ver, é o mais importante a ser analisado aqui. Esses livros não apenas reuniam uma quantidade de obras que estavam separadas, dispersas, mas eles eliminavam, escolhiam e reduziam muitas outras obras, que por algum motivo não entravam nessas publicações concisas.

A análise de Chartier nos ajuda a refletir sobre as mudanças que esse tipo de gênero impresso trouxe para a comunidade de leitores da época, principalmente a característica de síntese que a maioria dessas obras tinha, considerando-se capazes de reunir tudo o que fosse possível sobre um determinado assunto. Isso nos ajuda a pensar melhor o estatuto social do Anuário do Ceará que, assim como os “compêndios”, “resumos”, “catálogos”, também é um livro-síntese, que tinha a pretensão de fazer um registro sobre o Ceará. Mas se reunir tudo era uma tarefa impossível, eram as escolhas e as seleções feitas pelo anuário que definiam que elementos, fatos e personagens tinham importância para o Ceará.

O Anuário do Ceará, criado no início da década de 1950, é mais uma das diversas publicações que, desde o século XIX, apresentam o desejo enciclopédico de reunir tudo que diz respeito ao Ceará. O *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, de Tomás Pompeu de Sousa Brasil; o *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará*, organizado por Joaquim Mendes da Cruz Guimarães; o *Almanaque da Província do Ceará*, dirigido por Alfredo Bomílcar e o *Anuário Estatístico do Ceará*, dirigido por Guilherme Sousa Pinto são alguns exemplos de publicações realizadas com o intuito de registrar os eventos mais significativos da vida política, social e econômica do Ceará.

É inegável a importância que essas publicações tiveram e têm como fonte de pesquisa histórica, mas o que deve ser assinalado aqui é que, durante muito tempo, elas foram entendidas como documentos que traziam uma verdade sobre o Ceará. O que pretendo

ressaltar é que o Anuário, do ponto de vista prático, é uma publicação que nasce com a ideia de difundir informação sobre algo, o Ceará, informação essa que é resultado de um processo de seleção que define aquilo que deve, ou não, aparecer em suas páginas. São os nomes e números presentes no anuário que darão verossimilhança à memória que se constrói, dando sentido a algo que, necessariamente, não é verdadeiro, instituindo uma verdade de sentido e não uma verdade de fato.

Se o que estava em questão era o novo momento que o estado vivia, de prosperidade econômica, era fundamental dar evidência a isso, e o Anuário foi a publicação que materializou esse novo discurso sobre o Ceará.

Os anuários da década de 1970 apresentam uma postura mais inovadora em relação aos anteriores, com a clara intenção de apresentar a imagem de um Ceará moderno, que buscava acompanhar o ritmo de desenvolvimento do restante do país. César Cals, que governou o Ceará de 1971 a 1975, tinha uma política pautada num projeto desenvolvimentista para o Ceará, tentando definir metas e estratégias voltadas para a realidade local.

No anuário de 1972, César Cals publica uma espécie de artigo, intitulado *Um projeto desenvolvimentista para o Ceará*. Nele, comenta os projetos para os quatro anos de seu governo, e apresenta também os resultados dos dois primeiros anos de sua gestão. Para Cals, um novo Ceará já se configura a partir daquele momento, resultado das ações voltadas para o desenvolvimento do estado. Ele afirma:

Em conclusão: a viabilidade do projeto desenvolvimentista cearense está sendo comprovada a cada obra que se inaugura, a cada serviço que se instala, a cada meta que é atingida. Se me perguntarem se o Ceará progrediu nesses últimos dois anos, responderei afirmativamente, pois o patrimônio público foi substancialmente enriquecido e a administração tornou-se mais eficiente (Anuário do Ceará, 1972, p. 291).

A mudança no modo de dar visibilidade ao Ceará é percebida na forma como os anuários dos anos 1970 são organizados. Um novo item, ausente dos anuários anteriores é incorporado: o de infraestrutura. Energia elétrica, transportes, comunicação, habitação, saneamento são alguns dos setores que recebem grandes investimentos por parte do governo e que ganham considerável destaque nas páginas da publicação. O anuário parece, portanto, se tornar uma espécie de divulgador do projeto desenvolvimentista do governador César Cals.

O que nos chama a atenção é que os anuários dos anos 1970 apresentam uma espécie de paradoxo temporal, em que o tradicional e o moderno aparecem de forma imbricada. Esses mesmos anuários que modificam sua forma de apresentação para dar evidência a aspectos da vida econômica cearense que antes não apareciam com grande destaque, cede espaço para



intelectuais expressarem sua opinião sobre os impactos que a modernidade poderia causar à cultura cearense. É o caso do escritor Eduardo Campos, que num texto intitulado *Modificações do comportamento social do sertanejo*, publicado no anuário de 1972, fala sobre como a modernidade influencia o comportamento e a cultura, entendidas por ele como tradicionais. O texto diz:

Até que ponto o imediatismo da vida, um quer que seja de materialismo influenciou as modificações do comportamento do nordestino, não será assunto para esgotarmos agora. Conscientizemo-nos, no entanto, de que as alterações, a pouca permeabilidade às tradições que enfraquecem ante a influência inevitável da modernidade atual, dão ao homem, no decorrer dos dias que se prolongam até a hora de deitar, aquele ensinamento – que se pode dizer institucional – exercido pelos meios de comunicação (...). As manifestações populares, legítimas, herdadas – degradam-se. Os ginásios cobertos ensejam novos tipos de espetáculos: desfile de misses, apresentações de “shows”, festas de caridade, bailes comemorativos. Vão-se para a memória, repousar no assentamento dos memorialistas, as exhibições do bumba-meu-boi, dos pastoris, das cheganças, enquanto, de forma tímida, ainda se conservam as festas juninas, despojadas dos balões, dos fogos, das fogueiras, tudo a troco de progresso que nem sempre veste o homem ou lhe dá a necessária tranquilidade de viver (Anuário do Ceará, 1972, p. 100).

A posição de Eduardo Campos revela um certo temor em relação ao futuro. Para ele, a chegada da modernidade no Nordeste representava uma ameaça à cultura tradicional que, segundo ele, estaria se degradando e correndo o risco de um desaparecimento futuro. A ênfase de seu “manifesto” recai sobre o passado, que deveria ser imitado, repetido, pois é exemplar. Aqui, o passado não tem o sentido de ultrapassado, mas de algo que permanece, que continua.

No entender de François Hartog, a posição de Campos se enquadraria no antigo regime de historicidade,<sup>1</sup> que corresponde ao modelo da história mestra da vida, onde o passado não é visto como algo ultrapassado, mas como algo capaz de moralizar a sociedade através das “lições” da história.

Ao contrário da de Eduardo Campos, a postura do anuário é de distanciamento com o passado. A ênfase do discurso progressista do governador César Cals, citado anteriormente, recai sobre o futuro. O Ceará estaria deixando pra trás um passado de pobreza e miséria para dar lugar a um futuro de prosperidade, de esperança. É importante ressaltar que não há aqui um rompimento com o passado, pois ele é necessário para diferenciar o que existiu do que está por vir. Dentro desse regime de historicidade, que Hartog chama de moderno, o futuro é a categoria preponderante, pois é “do futuro que vem a luz que torna inteligível o presente, mas também o passado; é em direção a ele que é necessário caminhar” (Hartog, 2006, p. 16).

Os anuários das três décadas pesquisadas – 1950, 1960 e 1970 – são publicações que reúnem informações sobre os principais acontecimentos do ano, bem como registram dados

sobre vários ramos de atividade, como indústria, agropecuária e comércio, por exemplo. Através de sua análise foi possível perceber diferenças no modo como os anuários materializavam seus discursos sobre o Ceará.

Não é uma publicação que segue um certo padrão. Dentre as quinze edições que foram pesquisadas, a forma de apresentação varia bastante. Não há uma regularidade dos conteúdos tratados, tampouco uma padronização da forma de apresentação desses conteúdos. Se para alguns essa falta de regularidade pode significar uma dificuldade a mais, para nós, é um elemento a mais a ser pensado.<sup>2</sup> Essa mudança constante é entendida como uma forma do próprio anuário se reinventar a cada edição, buscando as diferentes e melhores formas de dar existência ao Ceará.

As edições dos anos 1950 se apresentam como uma espécie de inventário estatístico. Dados como população, arrecadação fiscal, óbitos, casamentos são apresentados em tabelas correspondentes a cada um dos municípios cearenses. Com o passar dos anos essa forma de apresentação se modifica, e os dados que antes eram apresentados em tabelas passam a compor os textos narrativos que integram o conteúdo do anuário.

Sobre o aparecimento desses textos vale ressaltar que em alguns números é possível encontrar poemas e trabalhos de intelectuais que tratam das plantas “típicas” do Ceará, como a carnaúba, ou dos tipos cearenses, como o jangadeiro e o vaqueiro. A aparição desses textos também não segue uma regularidade. Eles aparecem em maior e menor quantidade, e em alguns casos nem aparecem, mas têm sempre como autor um intelectual de prestígio, uma forma de certificar, de assegurar como verdadeiro o que está sendo colocado ali.

No anuário de 1955/1956 é possível encontrar textos de Jáder de Carvalho, Antônio Sales, Tomáz Pompeu Sobrinho, Filgueiras Lima, Gustavo Barroso, só para citar alguns. A presença desses autores não é casual, mas sim um exemplo de como, mais uma vez, a escrita aparece como aquilo que atribui validade a algo, nesse caso, ao Ceará.

Um outro indício que precisa ser analisado é o fato de a publicação do Anuário do Ceará ter sido retomada após dez anos de interrupção. Em 1952 o jornalista Waldery Uchôa dava início à publicação do Anuário do Ceará, empresa que permaneceu até 1963, quando foi interrompida. Passados oito anos, outros dois jornalistas, Dorian Sampaio e Lustosa da Costa retomam a edição do Anuário, que foi um importante documento para inserir o Ceará numa nova ordem regional e nacional que se estabelecia naquele momento.

O anuário de 1977/1978 apresenta em sua primeira página um pequeno histórico das publicações realizadas no Ceará, desde o século XIX, e que tinham por objetivo oferecer uma “visão totalizante” do estado. Ao final, após falar dos ensaios estatísticos e almanaques



publicados inicialmente, o texto trata da importância de se retomar, naquele momento, uma publicação de tal importância, e diz:

Inspirados em tudo quanto já se havia feito, nessa área do periodismo, e desejosos de realizar um amplo trabalho de pesquisa e divulgação em torno dos fundamentos históricos da realidade cearense, bem como de suas perspectivas, dentro de um novo quadro do Nordeste em desenvolvimento, Lustosa da Costa e Dorian Sampaio decidiram editar a série atual do Anuário do Ceará, reestabelecendo, assim, um dos mais eficientes e duradouros instrumentos de informação e de projeção da imagem de nosso Estado (Anuário do Ceará, 1977/1978, p. [s.p]) [grifo meu].

A retomada da publicação do anuário acontece num período importante economicamente para o Ceará, como já falamos anteriormente. O próprio texto diz que o anuário era um instrumento de projeção do estado, e essa projeção era necessária porque havia algo novo: o desenvolvimento do Nordeste. Sob essa perspectiva, o Ceará precisava conquistar um lugar de destaque nesse novo quadro que se estabelecia, e para isso buscava formas de se projetar nacionalmente.

Órgãos do governo e outras instituições investem na “reivenção” do Ceará a fim de atrair investimentos para o estado. É o caso da Secretaria da Indústria e Comércio, do Banco do Estado do Ceará (BEC) e do Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará (BANDECE), que também publicam um anúncio na revista Veja. O anúncio diz o seguinte:

É tempo de construir. É tempo de se olhar para o Ceará. Estado de maior evidência no Nordeste de hoje. Lá existem as maiores oportunidades de investimento, no momento. Lá se encontram as condições mais favoráveis para a aplicação das deduções fiscais – através de empresas planejadas em função dos recursos naturais da região e da disponibilidade de mão de obra apta à qualificação e especialização. Incentivar o desenvolvimento, incentivar o esquema infra-estrutural e coordenar as funções das entidades públicas econômico-financeiras são agora tarefas prioritárias da Administração Estadual. O Ceará acelerou o passo, rumo à integração nacional. Portanto, invista! (Veja, 28/04/1971).

O que se percebe é que, dentre os estados nordestinos, o Ceará queria o seu papel de destaque ao apresentar-se no anúncio como o estado de “maior evidência”, com vastos recursos naturais a serem explorados, com farta mão de obra a ser qualificada e utilizada. O anuário parecia ser um projeto do governo e da elite cearenses, pois era um veículo de propaganda, uma forma de mostrar o Ceará para o mundo.

O Anuário tornava-se, portanto, um referencial do progresso do Ceará, pois por meio dele o Estado afirmava sua existência para além de suas fronteiras. No anuário o Ceará se via por impresso, passando a existir de forma racionalizada, materializado através do texto. Assim, o Anuário disponibilizava aos seus leitores uma unidade social e cultural, que tentava responder a questões como “o que é o Ceará?” e “o que é ser cearense?”.

Nosso objetivo aqui é pensar o Anuário do Ceará como instrumento de produção de uma memória social, pretendendo realizar uma história social do lembrar, analisando a memória como um fenômeno histórico. É importante ressaltar que, assim como a memória individual, a memória social é seletiva, e nessa perspectiva de análise faz-se necessário identificar os princípios de seleção dessa memória social, bem como as suas variações de acordo com o lugar ou com o tempo. É preciso elaborar uma crítica à confiabilidade normalmente atribuída às formas de lembrar (Burke, 2006, p. 72-73).<sup>3</sup>

### Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.69-89.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- COSTA, Liduina Farias Almeida da. *O sertão não virou mar*. Nordestes, globalização e imagem pública da nova elite cearense. São Paulo: Annablume/Universidade Estadual do Ceará, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 15-25.

### Notas

---

<sup>1</sup> Para François Hartog os regimes de historicidade seriam diferentes modos de articular as categorias passado, presente e futuro, articulação essa que sofre mudanças ao longo do tempo. Hartog define três grandes regimes de historicidade: o antigo regime, que corresponde ao modelo da história mestra da vida, onde o passado não é visto como algo ultrapassado, mas como algo capaz de moralizar a sociedade através das “lições” da história; o regime moderno, que incorpora à ideia de progresso a ideia de história concebida como processo, onde um novo papel passa a ser atribuído ao futuro; e o regime cristão, sobre o qual o autor quase nada discorre por se tratar, segundo ele, de um tema novo e sobre o qual ainda se constitui uma reflexão (Hartog, 2006, p. 16).

<sup>2</sup> “Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise” (Foucault, 2002, p. 10-11).

<sup>3</sup> “A história social do lembrar é uma tentativa de responder a três questões principais. Quais os modos de transmissão de memórias públicas, e como esses modos mudaram ao longo do tempo? De modo inverso, quais os usos do esquecimento?” (Burke, 2006, p. 73).